

AMBIENTE RELATÓRIO DE IMPACTO E LICENÇA AMBIENTAL TAMBÉM SERÃO EXIGIDOS E ANALISADOS

# TCU determina revisão no arrendamento de portos

Processos do Cais de Capuaba e de Paul podem ter dado prejuízo à Codesa

RITA BRIDI

O Tribunal de Contas da União (TCU) determinou ao Ministério dos Transportes que faça a revisão do processo de arrendamento dos berços 2003, 2004 e 205 no Cais de Capuaba e do berço 206 no Cais de Paul. Os arrendamentos ocorreram em 1998 e, de acordo com o TCU, a medida é para verificar a possibilidade de prejuízos à Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa).

O relator do processo, o ministro Adylson Motta, além da revisão dos contratos de arrendamento – que engloba o preço mínimo de arrendamento e a remuneração pelo uso das estrutura portuárias – solicitou ainda a apresentação do relatório de impacto sobre o meio ambiente (Rima) e a licença ambiental. A apresentação do Rima, segundo o TCU é competência da Codesa.

O relatório de Motta foi aprovado no último dia 1º e os citados – o Ministério dos Transportes e a Codesa – têm prazo de 90 dias para atender às solicitações. O presidente da Codesa, Henrique Germano Zimmer, disse que até ontem não havia recebido qual-



TVV. Os berços em Capuaba pertencem à Vale, que preferiu não se manifestar em relação ao assunto. FOTO: FÁBIO VICENTINI

quer solicitação por parte do Ministério dos Transportes.

A Codesa de acordo com o TCU, terá a responsabilidade de cobrar dos arrendatários a apresentação do Rima e da licença ambiental. O Ministério dos Transportes, entretanto, poderá solicitar à Codesa que apresente os dados solicitados pelo TCU. Mas o pedido ainda não foi feito.

**Arrendamentos.** Os leilões para o arrendamento à inicia-

tiva privada dos berços localizados em Capuaba e Paul foram realizados em maio de 1998. Os três berços localizados em Capuaba foram arrendados pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) pelo prazo de 25 anos. A empresa, no leilão realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, arrendou os berços pelo preço mínimo, de R\$ 29,990 milhões.

Os outros dois consórcios, o Vitória Brasil, formado por

Banco Opportunity, Multiterminais e Wilport, e o Libra Terminal Vitória, formado pelo Banco Boreal e grupo Libra, inicialmente interessados, não formalizaram propostas.

Na assinatura do contrato de arrendamento, foi criada, conforme determinação de uma das cláusulas do contrato, uma sociedade de propósito específico para a gestão dos berços. Surgiu então o Terminal de Vila Velha (TVV), que hoje é o principal

terminal do Estado na movimentação de contêineres.

O berço 206, foi arrendado também em maio e o grupo arrendatário pagou o valor mínimo, de R\$ 10,718 milhões. O terminal é gerido pelo consórcio Peiú, formado por vários grupos empresariais.

A Vale, procurada, preferiu não se manifestar a respeito da decisão do TCU. Por meio da assessoria de imprensa, a empresa informou que não comentaria o assunto.



# Permissionário aprova ação da Alfândega

Apras diz que áreas portuárias são para passagem e não armazenamento de carga

“Foi uma medida acertada. As áreas portuárias são realmente áreas de passagem de cargas e não área de armazenagem”. É a opinião do presidente da Associação dos Permissionários de Recintos Alfandegados (Apras), João César Carvalho de Faria a respeito da decisão da Alfândega do Porto de Vitória, que determinou a retirada das mercadorias importadas da área do Terminal de Vila Velha (TVV).

A determinação do inspetor-chefe da Alfândega, João Luiz Fregonazzi, começa a valer no início do próximo ano e objetiva liberar a área do porto para ampliar o espaço dos importadores. Segundo Faria, se a medida não fosse adotada, a situação no porto pioraria ainda mais no próximo ano, quando se espera incremento de 100% na movimentação de cargas naquele terminal.

Ele destacou que a medida é benéfica a todos os que atuam na área de comércio exterior, mas os maiores beneficiados serão os exportadores que, por falta de espa-

ço, precisam recorrer a outros portos do país para o embarque das mercadorias.

O inspetor da Alfândega, lembra o presidente da Apras, “foi o primeiro que teve coragem de tornar pública a situação e também de adotar medidas concretas para solucionar o problema que atrapalha a atividade de comércio exterior”. Ele frisou ainda que Fregonazzi está seguindo uma orientação vinda do Governo federal.

Segundo Faria, o grupo interministerial – formado por técnicos dos ministérios dos Transportes, Planejamento, Agricultura, Fazenda e Indústria e Comércio – no segundo semestre deste ano visitou os principais portos do país para identificar os gargalos.

No Espírito Santo, explicou, um dos mais sérios gargalos apontados pelo grupo, foi exatamente a utilização da área do porto para a armazenagem de cargas. Segundo Faria, o grupo recomendou à Alfândega a adoção da medida para solucionar o gargalo que atrapalha atividade de comércio exterior.

“A medida não atende interesse específico de nenhum grupo. Atende, sim, aos interesses do Espírito Santo, que não vai perder carga para outros portos”, enfatiza Faria.

NAVIOS EMPRESAS QUEREM INSTALAR ESTALEIRO PARA A CONSTRUÇÃO DE PETROLEIROS

# Estado pede mais agilidade na licitação de Barra do Riacho

Decisão foi anunciada depois que Transpetro apresentou projeto para construção de 42 navios

DENISE ZANDONADI

Apesar do pouco tempo. o Governo do Estado acredita que poderá ser viabilizado o processo de licitação para a construção de um estaleiro em Barra do Riacho, Aracruz, para a construção de um ou mais dos 42 navios que a Transpetro está contratando. Ontem, o presidente da subsidiária da Petrobras, Sérgio Machado, esteve em Vitória

para apresentar o projeto na Federação das Indústrias do Espírito Santo (Findes).

A apresentação foi seguida de um debate acalorado, entre representantes do Governo, Codesa e políticos, sobre a agilidade no processo de licitação para a construção de quatro módulos no Porto de Barra do Riacho.

O edital da Transpetro prevê que até 31 de janeiro de 2005 as propostas de local para a construção devem ser apresentadas. Como a licitação de Barra do Riacho está ainda no início, não haverá tempo hábil para que este porto seja indicado pelas várias empresas interessadas.

Segundo o secretário de Desenvolvimento Econômico e Turismo, Júlio Bueno, o governador Paulo Hartung está tratando deste assunto com o Governo federal. “O que estamos buscando é uma alternativa jurídica para garantir que as empresas interessadas possam indicar Barra do Riacho até o dia 31 de janeiro”.

A Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa) já lançou o edital de licitação para contratar a empresa que fará o estudo de viabilidade econômica para o primeiro módulo, o de ferro-gusa, de Barra do Riacho. Depois, será feita a licitação para a escolher a empresa que ficará com este módulo. O processo demorará mais que o esperado e a proposta do Governo é encontrar uma alternativa para agilizar a tramitação.

**Necessidade.** O edital da Transpetro prevê a construção de 42 navios para produtos em geral, petróleo e gás. Serão investidos US\$ 1,8 bilhão com a criação de 22 mil empregos. A previsão é de que a primeira embarcação seja entregue no segundo semestre de 2006, segundo Machado. Até 17 de dezembro, 42 empresas haviam retirado cópias do edital na empresa.

## CONHEÇA O PROCESSO

■ **Embarcações.** A Transpetro, subsidiária da Petrobras, lançou edital para a construção de 42 navios que custarão US\$ 1,8 bilhão. O Espírito Santo foi o primeiro Estado a conhecer o detalhamento do edital, apresentado pelo presidente da empresa, Sérgio Machado, ontem, na Findes.

■ **Locação.** Hoje, a frota de petroleiros do país é de 51

embarcações, com média de idade de 16 anos. Outros 64 petroleiros são afretados no estrangeiros e outros 86 afretados prestam apoio para a atividade petrolífera.

■ **Projeto.** O Governo do Estado vem apresentando o Porto de Barra do Riacho como uma alternativa para a instalação de um estaleiro para construção de navios.